



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção de persianas sob medida.

2. Local da Entrega:

2.1 As persianas deverão ser entregues no Ed. Sede do TRE-ES, Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória, ES.

3. Especificação do Material e Serviço:

3.1. Todas as persianas deverão ser verticais, possuir sanefa e lâminas em PVC lisas na cor cinza, com 89 mm de largura e espessura mínima de 0,75 mm, traspasse de no mínimo 15 mm, corrente na base das lâminas em aço inoxidável ou PVC, lâminas montadas em trilho de alumínio branco ou anodizado e tampas de arremates laterais em plástico injetado, sistema de giro 180 graus, carrinho transportador da lâmina em acrílico autoalinhável e giratório, com redutor tipo catraca, acionamento de recolhimento através de cordões de poliéster com no mínimo 2,00 mm de diâmetro e acionamento de giro através de corrente em aço inoxidável;

3.2. As persianas com mais de 2,30 m de comprimento poderão ser divididas em dois ou mais conjuntos completos;

3.3. As persianas deverão ser homogêneas entre si e não poderão apresentar divergências com relação à tonalidade e cor;

3.4. Fornecer, para cada conjunto, os suportes (cantoneiras) para fixação dos trilhos, bem como parafusos e buchas;

3.5. Cada conjunto (lâminas, parafusos, cantoneiras, trilho com puxadores e sanefa) deverá ser acondicionado em embalagem individual, devidamente identificada com as dimensões e local, conforme informações contidas no item 4.

3.6. As persianas serão instaladas pela contratante.

4. Quantitativo e Dimensões:

Item	Local	Quantidade	Comprimento	Altura*
01	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (2ª)	01	5,17	2,04
02	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (2ª)	01	5,52	1,40
03	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (2ª)	01	5,47	1,40
04	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (2ª)	01	1,60	1,30
05	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (48ª)	01	5,18	2,04
06	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (48ª)	01	5,27	1,40
07	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (48ª)	01	5,45	1,40
08	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (48ª)	01	0,80	0,83
09	Cartório Eleitoral de Cachoeiro (48ª)	01	1,60	1,30
10	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	01	2,00	1,45
11	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	01	1,40	1,45
12	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	02	2,70	1,30
13	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	02	2,20	1,45
14	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	01	2,00	0,85
15	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	01	1,25	1,40
16	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	02	2,20	0,85
17	Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª)	04	1,60	0,85

obs.: medidas em metro e com dimensões acabadas (folgas).

5. Prazo de Execução dos Serviços:

5.1. As persianas deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do instrumento contratual ou da confirmação do recebimento da nota de empenho;

5.2. Substituir às suas expensas tudo quanto por impugnado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do término do prazo máximo de execução dos serviços ou a partir da data do recebimento pela Contratada da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem lhe seja mais favorável.

6. Obrigações da Contratada:

6.1. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado ou confirmar o recebimento da nota de empenho em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.

6.2. A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração.

6.3. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

7. Garantia:

7.1. As persianas deverão ter garantia de, no mínimo, 06 (seis) meses a partir do aceite da Nota Fiscal pela contratante.

8. Proposta:

8.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos;

8.2. A proposta deverá contemplar os valores unitários, contudo, a contratação será de forma global.

9. Penalidades:

9.1. Tabela de Penalidades.

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
Atraso no recolhimento	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Atraso na devolução	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Prazo excepcional de devolução ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	0,5%	Total do contrato
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual	-	-	20%	Total da proposta

9.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 9.1.

9.3. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no item 9.1.

9.4. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

9.5. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.6. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

9.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

9.8. A contagem do prazo estabelecido no item 9.2 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

9.9. A contagem do prazo estabelecido no item 9.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no item 9.2, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

9.10. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

9.11. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

10. Pagamento:

10.1. A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º da útil subsequente a apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93;

10.2. A contratada deverá, junto com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

10.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL

(01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

11. Habilitação Econômico-Financeira:

11.1. A empresa contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

12. Critérios de Aceitação do Objeto:

12.1. O objeto deste Termo de Referência somente será aceito se atendidas todas as exigências nele contidas, que serão verificadas pela Contratante após o recebimento dos materiais.

Vitória, 22 de setembro de 2020.

Antonio Brasil Maia Filho
Coordenador de Serviços Gerais